

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

PROCESSO: 35025/2015-e

ASSUNTO: Representação

PARECER: 660/2017-CF

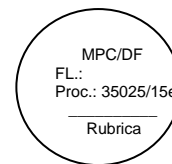
EMENTA: Representação 31/2015-CF. Irregularidades no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal caracterizadas pela existência de materiais e mobiliários adquiridos pela SES/DF e estocados, sem utilização. Auditoria. Relatório Final. Dano ao erário. Ato de gestão antieconômico. Ato de gestão ilegal. Proposições. Determinações. Recomendações. Audiência. Instauração de TCE. MPC aquiesce com acréscimo.

Cuidam os autos da Representação 31/2015-CF por meio da qual o Parquet apresentou denúncia de que haveria mobiliário estocado em galpões da SES-DF próximos ao Setor Hospitalar Sul, bem como no Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), sendo que parte dos bens que estavam neste teriam sido destruídos em um incêndio, denotando *“desrespeito para com o patrimônio público”*. Salientou-se também que as compras da SES-DF são sempre justificadas *“ao argumento do terror, de que se faz necessária a aquisição porque vidas precisam ser salvas, deixando-se de demonstrar que o binômio necessidade e economicidade precisam andar juntos”*.

2. Inicialmente, por força da Decisão 5686/2015, os autos foram remetidos à Secretaria de Acompanhamento do Tribunal, com vistas à realização de inspeção, na forma solicitada pelo MPC. Contudo, diante da abrangência da fiscalização, que envolvia mobiliários e equipamentos diversos, destinados a setores de unidades distintas da SES-DF, e de entendimento firmado com a Secretaria de Acompanhamento, propôs-se a realização de auditoria, o que foi autorizado pela Corte mediante a Decisão 3962/2016.

3. Na sequência, e em aditamento à Representação, o MPC encaminhou o Ofício 384/2015-MPC/PG, em que constam informações apresentadas pela SES-DF a respeito dos bens estocados nos galpões do órgão (e-DOC 98A42F8B-e).

4. Juntou-se, ainda, o Ofício 475/2016-GPG (e-DOC F56EC52E-e), tratando de bens estocados em galpão em Samambaia, bem como o Ofício 484/2016-GPCF (e-DOC 78101AF3-e), que traz em anexo cópias do Relatório de Visita de membros da Câmara Legislativa do DF ao Hospital de Base e de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em face de gestores da SES-DF, por suposta aquisição ilegal de equipamento PET-CT (PET-Scan), para detecção de tumores.

5. Dessa forma, na presente etapa, a Unidade Técnica apresentou a versão final do relatório da auditoria realizada para avaliar a regularidade e a legitimidade das aquisições de bens móveis permanentes estocados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF.

6. Informou-se também que, por meio da Decisão 62/2017, foi autorizado o encaminhamento da versão prévia do Relatório de Auditoria à SES-DF e à empresa Multidata Ltda., para conhecimento e manifestação em relação aos achados de auditoria.

7. Assim, acrescentou que os argumentos apresentados foram registrados, em cada achado, no tópico intitulado “Considerações do Auditado”. Diante das considerações apresentadas pela auditada e pela empresa, os apontamentos considerados pertinentes pela equipe foram incorporados à versão final do Relatório. Aquilo que não foi acolhido pela equipe, bem como os motivos para o não acolhimento, foi anotado, em cada achado, no tópico intitulado “Posicionamento da Equipe”.

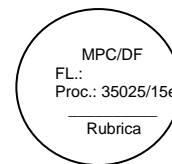
8. Destaca-se inicialmente que a execução da presente auditoria compreendeu o período de 25/08/2016 a 04/11/2016 e buscou verificar a regularidade do planejamento das contratações; a Regularidade do procedimento de seleção dos fornecedores; a Regularidade na execução dos contratos; e a Utilização eficiente e econômica dos recursos públicos para aquisição de bens permanentes.

9. O escopo da fiscalização abrangeu os processos de licitação e aquisição dos bens móveis permanentes não utilizados que constam ou constavam dos estoques da SES-DF na data de início da fiscalização.

10. Constatou-se que as aquisições da SES-DF dos bens permanentes em estoque¹ não observaram os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e legitimidade. Os bens recebidos antes de 2016 que estão nos depósitos da jurisdicionada são, em grande parte, provenientes de compras que violam normas constitucionais e legais e não atendem ao interesse público.

11. Verificou-se que o órgão aderiu a atas de registro direcionando a aquisição dos produtos e sem comprovar a vantajosidade

¹ Posição em setembro em 2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

da adesão em relação ao processo licitatório ordinário. Em um caso, a SES-DF realizou pagamento em desacordo com as normas de execução orçamentária e financeira, gerando risco de dano ao erário.

12. Ademais, foram encontrados casos de aquisição sem justificativa idônea para a especificação dos bens e definição dos quantitativos a serem adquiridos.

13. Por fim, detectou-se a utilização ineficiente e antieconômica de recursos públicos, representada pela existência de bens sem possibilidade de uso, seja por falta de peças para a montagem, seja por falta de estrutura das unidades da SES-DF. A isso soma-se, ainda, a apuração de falhas quanto à adoção de procedimentos para garantir a conservação e segurança dos itens estocados.

14. O CT destacou que os trabalhos foram realizados por amostragem, segundo critérios estatísticos.

15. Apresenta-se, na sequência, os achados encontrados pela equipe de Auditoria.

ACHADO 1: Direcionamento e irregularidades nos processos de aquisição por adesão a atas de registro de preços

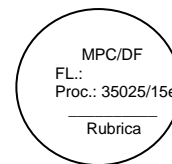
16. De acordo com a auditoria o exame dos processos de aquisição dos bens estocados em depósitos² da SES-DF permitiu concluir que houve falhas nos procedimentos de contratação desses bens, como burla à licitação, direcionamento da contratação e ausência de comprovação da vantajosidade.

17. Nesse achado, foram destacados os seguintes processos da SES:

- Vigilância eletrônica (Processo SES 060.014.397/2012): adesão à ARP nº 0077/2011, do Senado Federal, por meio da qual o órgão da União contratara o fornecimento e instalação de câmeras para vigilância eletrônica. O valor total do contrato celebrado com a empresa Multidata Ltda. (Contrato 195/2012-SES-DF³) foi de R\$ 5.301.854,00.

² Parque de Apoio (SGAP, Bloco G), 916 Sul (Setor Hospitalar Sul) e Setor de Cargas/SIA (STRC Trecho 4, Cj. C, Lote 4).

³ PT 4, fls. 173/188.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

18. Aqui, a equipe técnica entendeu que houve burla à licitação, direcionamento, adesão intempestiva (a ata já se encontrava vencida), não comprovação de vantajosidade.

19. Quanto à adesão intempestiva, importa ressaltar que consta dos autos Parecer da AJL, com data retroativa, citando, contudo, autorização do Secretário, com data posterior, sendo que, o processo só teria dado entrada naquela Unidade, segundo o SICOP, em data posterior ao parecer. Tal fato, segundo o CT, *“evidencia que a assessoria jurídica, falhando em seus deveres funcionais⁴, contribuiu para a ilegalidade, tanto com relação à inconsistência da data de seu parecer quanto com referência à ausência de oposição ao prosseguimento da adesão extemporânea”*.

- Mobiliário hospitalar (Processo SES 060.003.421/2014): aquisição de mobiliário hospitalar para diversas especialidades no âmbito da SES-DF, realizada por meio de adesão à ARP 37/2013 do Ministério da Defesa. A partir dessa ata, celebrou-se com a empresa Hospimetal Indústria Metalúrgica de Equipamentos Hospitalares Ltda. o Contrato nº 263/2014, no valor de R\$ 4.620.325,72 (PT 12, fls. 726/738). Nesse processo, foi detectado direcionamento.

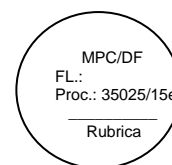
- Mobiliário para escritório (Processo SES 060.009.212/2013): adesão à ARP nº 06/2013, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), cujo objeto era a aquisição de mobiliário, e.g., mesas, gaveteiros e estações de trabalho. Firmou-se, a partir desse processo, com a empresa Giom Comércio e Representações de Móveis Ltda., o Contrato nº 249/2013, no valor de 6.425.070,00 (PT 13, fls. 219/233). Houve direcionamento, não comprovação da vantajosidade.

20. As responsabilidades foram individualizadas por irregularidades, conforme quadros a seguir:

Irregularidade 1

Quadro 4-A

⁴ Segundo o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De seu turno o art. 2º, XII, da Instrução Normativa SES-DF nº 4/2011 condiciona a adesão à existência de “manifestação conclusiva da assessoria jurídica do órgão interessado em realizar a adesão”, cabendo, nos termos do art. 6º, “à unidade executiva ou orgânica da SES/DF (Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/SES), promover o atendimento do inciso XII do artigo 2º deste Ato Normativo”.



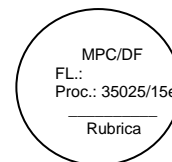
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Adesão irregular à ARP nº 77/2012 do Senado Federal, por meio do Contrato nº 195/2012 (Vigilância Eletrônica – Processo 060.014.397/2012), configurando burla à licitação, direcionamento, adesão intempestiva e sem exposição de exceção motivada e não comprovação de vantajosidade, em violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 2º, I, do Decreto Federal nº 7.174/2010; art. 1º, § 1º, I, e art. 4º, III e VII, do Decreto Distrital nº 33.662/2012.	07/11/2012 a 28/12/2012 (PT 4, fls. 7 e 187)	Não aplicável

Responsáveis indicados

Quadro 4-B

Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
José Carlos Esteves Francisco CPF: 344.966.377-15	Subsecretário de Tecnologia da Informação em Saúde	13/12/2011 a 21/07/2014	Processo SES 060.014.397/2012: elaborou o TR direcionado, propondo a adesão à ARP do Senado Federal (PT 4, fls. 3/46)	A elaboração do TR direcionado para a adesão pelo titular da unidade deu início à irregularidade em questão, tendo o ato concorrido de forma determinante para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 2º, I, do Decreto Federal nº 7.174/2010; art. 1º, § 1º, I, e art. 4º, III e VII, do Decreto Distrital nº 33.662/2012. Além disso, como responsável da Área Técnica pelo Documento Oficial de Demanda, o gestor possuía poder hierárquico e decisório sobre o assunto.	Não aplicável
José de Moraes Falcão CPF: 143.621.984-15	Subsecretário de Administração Geral	01/06/2012 a 09/12/2013	Processo SES 060.014.397/2012: aprovou o TR direcionado para a adesão à ARP do Senado Federal (PT 4, fl. 159)	A aprovação do TR direcionado permitiu a continuidade da contratação irregular. Assim, configurou conduta concorrente para a prática das ilicitudes. Além disso, o gestor, que atuou como responsável pelo Documento Oficial de Demanda que já direcionava a contratação para a adesão à ARP do Senado, foi omissor no dever funcional de supervisão e controle, permitindo e contribuindo para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 2º, I, do Decreto Federal nº 7.174/2010; art. 1º, § 1º, I, e art. 4º, III e VII, do Decreto Distrital nº 33.662/2012.	Não aplicável
Rafael de Aguiar Barbosa CPF: 286.988.354-49	Secretário de Estado de Saúde	01/01/2011 a 04/04/2014	Processo SES 060.014.397/2012: autorizou a adesão direcionada à ARP,	O ato de autorização da adesão direcionada do então Secretário de Estado de Saúde, quando a ARP já se encontrava vencida, foi	Não aplicável



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

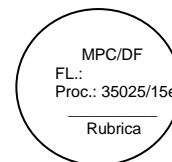
			no uso da competência expressa no art. 1º, § 1º, I, do Decreto Distrital nº 33.662/2012, que exigia a autorização específica do Secretário para este tipo de procedimento (PT 4, fls. 159).	determinante para a consumação das irregularidades. Assim, ao praticar tal ato de gestão, a autoridade máxima do órgão deixou de exercer supervisão e controle que lhe incumbiam, ensejando a violação do art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993; art. 2º, I, do Decreto Federal nº 7.174/2010; art. 1º, § 1º, I, e art. 4º, III e VII, do Decreto Distrital nº 33.662/2012.	
Flávio Rogério da Mata Silva CPF: 417.976.981-68	Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa	07/05/2012 a 07/11/2014	Processo SES 060.014.397/2012: cometeu erro grosseiro ao manifestar a possibilidade de adesão sem apontar a intempestividade (ata vencida) e apondo data inverídica no seu parecer (PT 4, fls. 161/168).	A omissão do assessor jurídico constituiu falha grave, descumprindo seu dever de apontar a impossibilidade jurídica da adesão intempestiva e permitindo a continuidade da compra eivada de ilegalidade (art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 2º, XII, e 6º, da Instrução Normativa SES-DF nº 4/2001).	Não aplicável

Irregularidade 2

Quadro 4-C

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Adesão irregular à ARP nº 37/2013 do Ministério da Defesa, por meio do Contrato nº 263/2014 (Mobiliário Hospitalar – Processo 060.003.421/2014), configurando direcionamento da contratação em violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.	11/02/2014 a 10/11/2014 (PT 12, fls. 2/4 e 726/738)	Não aplicável

Responsáveis indicados



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Quadro 4-D

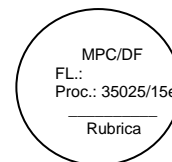
Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Diogo Francisco Vieira CPF: 006.185.911-76	Gerente de Hotelaria Substituto	10/11/2014 a 24/12/2014	Processo SES 060.003.421/2014: solicitou a aquisição direcionada para a adesão (PT 12, fls. 2/4)	A solicitação direcionando a adesão deu início à irregularidade em questão, tendo o ato concorrido de forma determinante para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF, e art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
Daniel Veras de Melo CPF: 863.368.271-00	Gerente de Hotelaria	26/04/2013 a 10/11/2014 a 24/12/2014 a 18/02/2015	Processo SES 060.003.421/2014: aprovou o TR direcionado (PT 12, fls. 170/185)	A aprovação do TR direcionado permitiu a continuidade da contratação irregular. Assim, configurou conduta concorrente para a prática das ilicitudes, constituindo também omissão em seu dever de supervisão e controle, na qualidade de gerente da unidade, o que permitiu e contribuiu para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável

Irregularidade 3

Quadro 4-E

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Adesão irregular à ARP nº 06/2013 da Fundação Nacional de Saúde, por meio do Contrato nº 249/2013 (Mobiliário para escritório – Processo 060.009.212/2013), configurando direcionamento da contratação e não comprovação da vantajosidade da adesão, em violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, e art. 27, IV, do Decreto Distrital nº 34.509/2013.	31/07/2013 a 30/12/2013, (PT 13, fls. 2 e 233)	Não aplicável

Responsáveis indicados



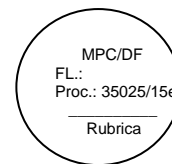
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Quadro 4-F

Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Rosalina Aratani Sudo CPF: 226.290.171-68	Subsecretária de Atenção Primária à Saúde	13/12/2011 a 31/12/2014	Processo SES 060.009.212/2013: solicitou a compra direcionada à adesão, bem como aprovou os dois primeiros TRs direcionados (PT 13, fls. 2, 52 e 100)	A solicitação, direcionando a contratação, deu início à irregularidade em questão, tendo o ato concorrido de forma determinante para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF, e art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993. Ademais, a aprovação dos TRs direcionados, que deram prosseguimento à compra, constituiu omissão no dever de supervisão e controle que, enquanto titular da unidade e superior hierárquico, incumbia-lhe, dando ensejo, portanto, à continuidade da contratação em violação às normas citadas.	Não aplicável
Diogo Francisco Vieira CPF: 006.185.911-76	Gerente de Hotelaria Substituto	10/11/2014 a 24/12/2014	Processo SES 060.009.212/2013: aprovou o TR definitivo da aquisição (PT 13, fls. 103/164)	A aprovação do TR direcionado definitivo permitiu a continuidade da contratação irregular. Assim, configurou conduta concorrente para a prática das ilicitudes, constituindo também omissão em seu dever de supervisão e controle, na qualidade de gerente em exercício da unidade, o que permitiu e contribuiu para a violação ao art. 37, <i>caput</i> e XXI, da CF; art. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável

21. As proposições foram nos seguintes termos:

- I. *determinar à SES-DF que, doravante, formalize, previamente às contratações por meio de adesão a ata de registro de preços, o termo de caracterização do objeto a ser adquirido, bem como apresente justificativas contendo diagnóstico da necessidade da aquisição e da adequação do objeto aos interesses da Administração, nos termos do art. 29, III, do Decreto Distrital nº 36.519/2015 e das Decisões TCDF nº 5.697/2011 e 3.410/2013;*
- II. *recomendar à SES-DF que dê ciência da decisão que vier a ser prolatada nestes autos aos servidores com atribuições de supervisão e controle sobre contratações públicas;*
- III. *autorizar a audiência, em autos apartados, dos responsáveis indicados nos Quadros 4-B, 4-D e 4-F, com fundamento nos artigos 164 e 269 do Regimento Interno do TCDF, para que*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

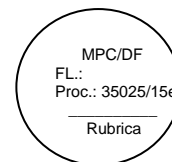
apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994.

ACHADO 2: Realização de pagamentos em desacordo com as normas de execução orçamentária e financeira e com o contrato

22. De acordo com a equipe de auditoria, no **processo SES 060.014.397/2012 (câmeras de vigilância)**, aderido intempestivamente, das 900 câmeras adquiridas, 95 foram instaladas; dos 15 storages previstos para armazenagem de rede, três foram configurados; e dos quatro gerenciadores de sistema, apenas um foi configurado (PT 4, fl. 530, e PT 11). Destacou-se que “Passados 11 (onze) meses, em 16 de outubro de 2014, a empresa peticionou junto à SES-DF solicitando o pagamento do restante do valor. O pleito foi fundamentado no fato de que não teria entregue a solução e prestado os serviços contratados na sua totalidade em função da constatação de que “o equipamento de rede central da Secretaria de Saúde não suportaria a ligação das câmeras a serem instaladas nas unidades hospitalares”. Por conseguinte, tendo a contratada entregue 100% (cem por cento) dos bens e prestado parte dos serviços (montagem da sala de monitoramento e instalação de 95 câmeras, com configuração de um gerenciador e três storages), não tendo complementado sua contraprestação por culpa da Administração, caber-lhe-ia a totalidade do pagamento (PT 4, fls. 530/531). Segundo a empresa, o serviço prestado corresponderia a 95% (noventa e cinco por cento) do contratado”.

23. Constatou-se ainda que os executores do contrato se manifestaram de acordo com o pedido da empresa, corroborando a inviabilidade de instalação do material adquirido, ou seja, sugeriram, portanto, pagamento imediato⁵ do montante de R\$1.007.352,21 (95% da quantia não paga) e bloqueio do restante no valor de R\$ 53.018,54 até a conclusão dos serviços (PT 4, fl. 533).

⁵ Tão logo examinou o processo em comento e constatou indícios de irregularidades que representavam, *prima facie*, risco de dano ao erário, a equipe de auditoria reportou os fatos à chefia imediata e, por meio da Informação nº 39/2016-DIAUD2 (processo TCDF 31.326/2016-e), sugeriu ao egrégio Plenário a concessão de medida cautelar para impedir a SES-DF de realizar qualquer pagamento referente a esse contrato à empresa. A medida cautelar foi concedida por unanimidade por meio da Decisão nº 5.484/2016, de 25 de outubro de 2016 e mantida por meio da Decisão nº 62/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

24. O CT concluiu pela ocorrência de diversas violações a normas de direito administrativo e financeiro, quais sejam: inobservância dos prazos previstos no TR e no contrato para início e conclusão dos trabalhos, bem como a inércia da SES-DF em relação ao fato, em descumprimento aos artigos 66 e 78, I e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993; ao realizar o pagamento na forma proposta pelo então Subsecretário de Tecnologia (80% do valor total a título de fornecimento de bens), os gestores da SES-DF infringiram o TR e o cronograma de desembolso; e, ao assim fazerem, tendo em vista que não fora prestado qualquer serviço até aquele momento, violaram os artigos 62 e 63 da Lei 4.320/1964, e o art. 65, II, c, da Lei 8.666/1993.

25. Assim, após analisar as considerações dos auditados, a Unidade Técnica manteve o achado em questão e sugeriu ao Plenário que determine à SES-DF **que se abstenha de realizar pagamento ou reconhecimento de dívida sobre o valor remanescente previsto no contrato até que sejam efetivamente prestados os serviços e regularmente liquidada a despesa.**

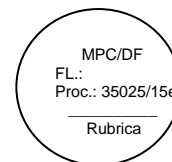
26. Foram apresentados quadros de responsabilização:

Irregularidade 4

Quadro 4-G

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Realização de pagamentos à empresa Multidata Ltda. (Contrato nº 195/2012 – Processo 060.014.397/2012 – Vigilância Eletrônica), no montante de 80% do valor total ajustado, em desacordo com o cronograma financeiro, as cláusulas contratuais e as normas de execução orçamentária e financeira, em violação aos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964; e art. 65, II, c, da Lei Federal nº 8.666/1993.	09/10/2013, 18/10/2013, 01/11/2013 e 02/12/2013 (PT 4, fls. 343, 413, 443, 344/346, 508/523)	Não aplicável

Responsáveis indicados



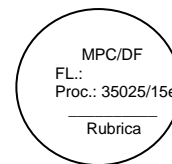
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

Quadro 4-H

Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
José Carlos Esteves Francisco CPF: 344.966.377-15	Subsecretário de Tecnologia da Informação em Saúde	13/12/2011 a 21/07/2014	Propôs o pagamento de 80% do valor total do contrato, em contrariedade ao cronograma financeiro, ao contrato e às normas de execução orçamentária e financeira (PT 4, fls. 343 e 413).	A proposta de pagamento nos moldes fixados pelo gestor da SUTIS deu origem à ilegalidade em questão, sendo conduta indispensável para a violação aos art. 62 e 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, e art. 65, II, c, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
Flávio Rogério da Mata Silva CPF: 417.976.981-68	Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa	07/05/2012 a 07/11/2014	Cometeu erro grosseiro, ao manifestar a possibilidade de pagamento em evidente desacordo com o cronograma financeiro e com as normas de execução orçamentária e financeira (PT 4, fls. 344/346).	O servidor, na condição de assessor jurídico, tecnicamente capacitado para orientar os gestores visando ao adequado cumprimento da lei, deixou de observar o cronograma financeiro estipulado pelo órgão, bem como normas jurídicas, permitindo assim o prosseguimento do pagamento, em violação ao art. 62 e 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, e art. 65, II, c, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
José de Moraes Falcão CPF: 143.621.984-15	Subsecretário de Administração Geral	01/06/2012 a 09/12/2013	Determinou a emissão da nota de empenho que cancelou 20% do total contratado, permitindo, por conseguinte, que o pagamento dos 80% restantes fosse feito (PT 4, fl. 443).	Atuando como ordenador de despesas, permitiu que fosse realizado o pagamento em desacordo com o cronograma financeiro e com o art. 62 e 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, e art. 65, II, c, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável

27. As proposições foram nos seguintes termos:

- I. determinar à SES-DF que:
 - a. abstenha-se de realizar reconhecimento de dívida ou pagamento junto à empresa Multidata Ltda., CNPJ 02.743.744/0001-21, decorrente do Contrato nº 195/2012 e seus aditivos, condicionando esses atos à efetiva comprovação da execução dos serviços, em observância aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e ao Decreto Distrital nº 32.598/2010;
 - b. adote medidas para dar efetiva destinação aos equipamentos de vigilância eletrônica em posse da Secretaria, oriundos do Contrato



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

nº 195/2012, evitando a depreciação e obsolescência dos bens, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas;

c. doravante, nas contratações que envolvam fornecimento de bens, instalação e configuração de equipamentos e sistemas e treinamento, especifique nos termos de referência cada ação, de modo que as propostas sejam apresentadas com valores individualizados para os diversos elementos, nos termos do art. 14, § 4º, da IN 04/2014-SLTI/MPOG.

II. autorizar a audiência, em autos apartados, dos responsáveis indicados no Quadro 4-H, com fundamento nos artigos 164 e 269 do Regimento Interno do TCDF, para que apresentem, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994.

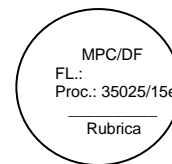
ACHADO 3: Ausência de justificativas para as quantidades adquiridas

28. O CT informou que, com a finalidade de verificar a adequação do planejamento das aquisições dos bens que se encontram nos depósitos da SES-DF, foram analisados os respectivos processos de aquisição, onde se concluiu não haver demonstração de um planejamento sistemático das compras, tampouco a adoção de critérios objetivos e técnicos para a determinação das quantidades a serem adquiridas.

29. As falhas de planejamento dizem respeito aos seguintes processos:

Quadro 5: Processos com falhas no planejamento da aquisição

Processo SES	Objeto	Instrumento	Contratada	Valor (R\$)
411.000.282/2008 060.001.572/2009	Aparelhos de raio-X	ARP nº 256/2008	VMI Indústria e Comércio Ltda.	1.958.000,00
278.000.556/2012	Mesas auxiliares	Contrato nº 058/2015	Alpha – Imec Indústria Mecano-Científico Ltda. – ME	179.463,00



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

060.014.397/2012	Vigilância eletrônica	Contrato nº 195/2012	Multidata Ltda.	5.301.854,00
060.011.535/2012 060.014.063/2013	Impressoras de etiqueta	ARP nº 068/2013A	AIDC Tecnologia Ltda.	128.740,00
060.009.212/2013	Mobiliário de escritório	Contrato nº 249/2013	Giom Comércio e Representações de Móveis Ltda.	6.425.070,00
060.003.421/2014	Mobiliário hospitalar	Contrato nº 263/2014	Hospimetal Indústria Metalúrgica de Equipamento Hospitalares Ltda.	4.620.325,72

Aparelhos de raio-X (Processos SES 411.000.282/2008 e 060.001.572/2009)

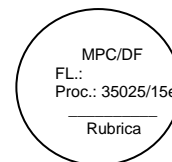
30. No caso dos aparelhos de raio X, a Unidade Técnica informa que apesar do pedido inicial de 20 aparelhos, só há grade de distribuição de 7 equipamentos. Foram adquiridos de uma só vez os 20 aparelhos, contudo, não havia condições estruturais para instalação de todos os equipamentos. Pode-se então concluir que primeiro procedeu-se à execução da ata e, somente depois, foi feito o exame das estruturas no sentido de confirmar se estas comportavam a instalação dos bens nos locais designados.

31. Como decorrência da falta de planejamento, atualmente encontram-se parados em depósito da SES-DF, desde 2009, **dois aparelhos de raio-X**, cada um deles adquirido pelo valor de R\$ 97.900,00⁶ (PT 3).

Mesas auxiliares (Processo SES 278.000.556/2012)

32. A solicitação inicial para compra dos referidos bens partiu do Hospital Regional de Planaltina – HRPI, onde se previa a compra de 4 mesas inox para o centro cirúrgico dessa unidade. Posteriormente, no entanto, a

⁶ Valor original da compra, sem correção monetária.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

aquisição se estendeu a toda a rede da SES-DF, alterando o quantitativo de 4 para 500 unidades, sem que conste dos autos justificativa para essa mudança.

33. Em solicitação de execução da ata, de 14/11/2014, apresentou-se grade de distribuição baseada em solicitações dos gerentes de enfermagem regionais, totalizando um pedido de 367 mesas auxiliares (PT 18, fl. 85), as quais, **em setembro de 2016, continuavam em estoque.**

Vigilância eletrônica (Processo 060.014.397/2012)

34. O primeiro TR, de 12/11/2012, propõe um quantitativo de 1.050 câmeras, entre outros equipamentos a comporem o sistema de monitoramento eletrônico (PT 4, fls. 38/45). Em seguida, as quantidades solicitadas **são alteradas para os números exatos e os respectivos itens que constam da ARP federal, adequando o TR para a adesão total** (PT 4, fl. 49). Transcorridos 14 meses da entrega dos produtos no almoxarifado da SES-DF e 10 meses do pagamento de 80% do avençado, os executores do contrato da jurisdição manifestaram a impossibilidade da completa prestação do serviço, uma vez que a SES-DF não teria capacidade e estrutura para o integral fornecimento dos serviços contratados (PT 4, fl. 533).

35. Como resultado, a SES-DF mantinha em seu estoque, no momento da execução dos trabalhos de auditoria, equipamentos oriundos dessa contratação no valor de R\$ 2.652.557,83.

Impressoras de etiquetas (Processos SES 060.011.535/2012 e 060.014.063/2013)

36. A justificativa para a compra, do Núcleo de Patologia Clínica cita as inaugurações das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs no DF, solicitando a execução da ata para adquirir 205 impressoras, em 28/11/2013 (PT 14, fl. 3). Contudo, na grade de distribuição que acompanha o pedido, há uma relação com os equipamentos necessários para as UPAs, entre os quais **não se encontram impressoras de etiqueta** (PT 14, fl. 4). Assim, não fica evidenciada a alegada necessidade de compra desses itens.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

37. Além disso, no TR do procedimento licitatório (Processo 060.011.535/2012), consta que seriam destinadas 10 impressoras de etiqueta para cada uma das 12 UPAs, totalizando, assim, 120 unidades do equipamento (PT 14, fl. 93). Nada obstante, conforme já mencionado, justificou-se a execução da ata para aquisição de impressoras sob o argumento da inauguração de 11 UPAs, as quais deveriam demandar, no máximo, 110 unidades – tendo como parâmetro aquele estabelecido no TR, i.e., 10 impressoras por UPA. No entanto, repise-se, foram adquiridas 205 impressoras de etiqueta, sem que fosse apresentada justificativa para esse incremento de 95 unidades.

38. Vale destacar que, como consequência, havia, em setembro de 2016, **74 impressoras de etiqueta estocadas em depósito da SES-DF** – recebidas em 2014, aguardando eventual e incerta distribuição (PT 3, planilha “ABC por item”).

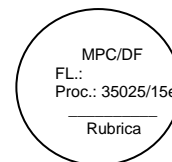
Mobiliário de escritório (Processo SES 060.009.212/2013)

39. Foram elaborados três TRs, mas em nenhum deles encontra-se justificativa para os quantitativos a serem adquiridos. No primeiro, pretende-se adquirir 31 dos 54 itens da ata original, sem justificativa para as quantidades aludidas (PT 13, fls. 8/53). Por sua vez, no segundo TR, são relacionados os mesmos itens, mas as quantidades mudam sem apresentação de justificativas (PT 13, fls. 62/100).

40. Por fim, no terceiro e definitivo TR (PT 13, fls. 103/164), constam todos os 54 itens da ARP original, nos exatos quantitativos desta, sem qualquer justificativa (PT 13, fls. 104/107 e 4/6); a conclusão a que os então gestores da SES-DF chegaram – mais uma vez sem motivação e razoabilidade – é que o órgão teria exatamente a mesma necessidade de mobiliários que a Funasa.

41. **Em setembro de 2016, os bens em estoque somavam o montante de R\$ 351.276,00.**

Mobiliário hospitalar (Processo SES 060.003.421/2014)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

42. Este processo tratou da aquisição de diversos mobiliários hospitalares (e.g., leitos, berços, macas, divãs e biombos), a qual ocorreu por meio de adesão à ARP nº 37/2013 proveniente do Hospital Central do Exército do Ministério da Defesa. No contrato firmado, fracionou-se a entrega em três parcelas, alterando-se o prazo de fornecimento proposto pelo TR para 60, 75 e 90 dias contados da assinatura do contrato, a depender do lote (PT 12, fls. 170/193 e 726/738). A referida mudança no prazo de fornecimento dos bens decorreu de pedido da Gerência de Hotelaria – GEH, em razão **da falta de espaço no Almoxarifado Central para acondicionar a totalidade dos itens adquiridos** (PT 12, fl. 617).

43. O CT destacou que se estes bens estavam em falta e a compra deles era urgente (tal como se sustentou na solicitação da adesão à ARP), não haveria justificativa para que, até o encerramento dos trabalhos de campo da auditoria, ainda restassem bens armazenados nos depósitos da SES-DF.

44. Em setembro de 2016, **ainda existiam 198 itens referentes a essa compra – realizada em 2014 – parados em depósito da SES-DF**, aguardando serem distribuídos (PT 3)⁷. No caso do biombo duplo, das 610 unidades adquiridas, 153 permanecem estocadas.

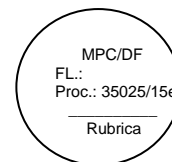
45. Nas alegações apresentadas, a SES informa a edição da Portaria SES-DF nº 210/2017, que Regulamentou as Contratações no âmbito da Secretaria de Saúde, onde foi elaborado Novo Fluxo de Contratações da SES-DF.

46. Sobre o mencionado fluxo, a jurisdicionada destacou que o processo de aquisição será elaborado por uma Equipe de Planejamento – a qual possuirá caráter multidisciplinar, integrando as áreas administrativas, técnicas e de armazenamento –, observando as necessidades e as demandas da Rede, bem como a estrutura necessária para a instalação dos bens a serem contratados (peça 129, p. 2).

47. Além disso, a jurisdicionada acrescentou os seguintes esclarecimentos sobre os procedimentos a serem adotados nas novas compras da Pasta:

Ressaltamos, ainda, que os novos processos de compra já apresentam comprovação de que os quantitativos foram definidos em função da

⁷ Esses 198 itens são: 19 mesas luxo para exame (12,5% das 152 unidades adquiridas na compra); 153 biombos duplos (25,08% das 610 unidades compradas); 18 mesas ginecológicas simples (5,11% do total adquirido de 220 unidades); e 8 camas *fawler* superluxo (3,63% de 220 itens adquiridos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL

utilização provável e são compostos por grade de distribuição prévia, conforme estabelecido no Novo Fluxo de Contratações.

*Por fim, das proposições formuladas à Secretaria, ratificamos que já consta a **obrigatoriedade de Parecer Técnico** emitido pela Diretoria de Engenharia Clínica de Equipamentos Médicos e Diretoria de Engenharia. Arquitetura e Tecnologia, para todos os Projetos Básicos e Termos de Referência de aquisição de equipamentos médico-hospitalares, em atendimento à Portaria nº 232, de 15 de setembro de 2015. (grifou-se) (peça 129, p. 4)*

48. Assim, após analisar as considerações dos auditados, a Unidade Técnica manteve o achado em questão e sugeriu ao Plenário que determine a audiência dos responsáveis indicados nos quadros a abaixo:

Responsabilização

Irregularidade 5

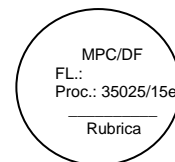
Quadro 5-A

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Ausência de apresentação de justificativas para as quantidades adquiridas, em inobservância aos princípios da finalidade, da motivação, do interesse público e da eficiência (art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999, aplicável ao DF por força da Lei Distrital nº 2.834/2001) e ao art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Fabio Marcelo Heldt: 28/01/2009 Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira: 29/09/2008 e 19/02/2009 Paula Barzon Garcia de Menezes: 28/11/2013 Roberto José Bittencourt: 06/12/2013 José Carlos Esteves Francisco: 07/11/2012 e 12/11/2012 José de Moraes Falcão: 10/12/2012 Daniel Veras de Melo: 16/10/2013 Diogo Francisco Vieira: 19/11/2013	Não aplicável

Responsáveis indicados

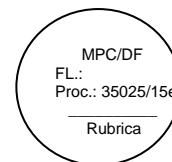
Quadro 5-B

Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
Fabio Marcelo Heldt CPF: 889.087.390-68	Chefe do Núcleo de Diagnose por Imagem (GEAD/DIASE/SAS/SES)	15/05/2008 a 27/03/2009	Processo SES 060.001.572/2009: solicitou a execução total da ARP, para aquisição de 20 aparelhos de raio-x (PT 15, fls. 2/3).	Ao solicitar a execução da totalidade da ARP, alegando urgência, não justificando o quantitativo e não verificando a necessidade e capacidade da estrutura da SES-DF, o responsável violou o art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999 e o art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993. Como consequência, há, no estoque da SES-DF, desde 2009, dois aparelhos de raio-x	Não aplicável



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

				sem utilização.	
Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira CPF: 046.833.398-38	Chefe da Unidade de Administração Geral/SES	20/08/2008 a 18/03/2009	Processos 411.000.282/2008 e 060.001.572/2009: solicitou à Secretaria de Planejamento a realização da licitação e aquiesceu ao pedido de aquisição sem justificativa para os quantitativos (PT 16, fls. 1/6 e PT 15, fls. 7/8).	Na condição de chefe da Unidade de Administração Geral, a autoridade deu início ao procedimento sem justificar os quantitativos solicitados para o registro de preço. Ademais, também enquanto gestor da SES- DF, permitiu, com sua aquiescência, que fosse efetivada a execução da ARP sem que os quantitativos fossem justificados e em descompasso com a capacidade da estrutura da SES- DF, violando o art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999 e o art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
Paula Barzon Garcia de Menezes CPF: 112.243.908-30	Chefe do Núcleo de Patologia Clínica (GAD/DIASE/S AS/SES)	03/09/2013 a 13/02/2014	Processo 060.014.063/2013: solicitou a aquisição de 205 impressoras (PT 14, fls. 3/4).	A solicitação de 205 impressoras, quando a motivação trazida não justificava mais do que 110, ensejou diretamente a violação ao art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
Roberto José Bittencourt CPF: 430.937.877-34	Subsecretário de Atenção à Saúde	05/09/2012 a 09/11/2014	Processo 060.014.063/2013: aprovou a aquisição de 205 impressoras (PT 14, fl. 8).	Na condição de Subsecretário da unidade solicitante, permitiu, com sua aquiescência, que fosse efetivada a execução da ARP sem que os quantitativos fossem justificados e em descompasso com a motivação apresentada, violando o art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
José Carlos Esteves Francisco CPF: 344.966.377-15	Subsecretário de Tecnologia da Informação em Saúde	13/12/2011 a 21/07/2014	Processo SES 060.014.397/2012: elaborou o TR e solicitou a realização da contratação (PT 4, fls. 3/46 e 2).	O gestor, enquanto autoridade da unidade solicitante, ensejou contratação desprovida de planejamento adequado, desconsiderando a capacidade estrutural da SES-DF, bem como suas reais necessidades, em violação ao art. 6º, IX e art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
José de Moraes Falcão CPF: 143.621.984-15	Subsecretário de Administração Geral	01/06/2012 a 09/12/2013	Processo SES 060.014.397/2012: aprovou o TR (PT 4, fl. 159).	Ao aprovar TR sem que as quantidades estivessem justificadas e sem que se houvesse demonstrado a capacidade da estrutura da SES- DF para instalação do objeto, a	Não aplicável



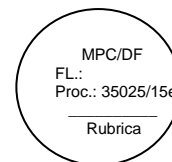
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

				autoridade administrativa do órgão aquiesceu e deu continuidade à contratação viciada, descumprindo seu dever funcional de supervisão e controle e concorrendo para a violação ao art. 6º, IX e art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	
Daniel Veras de Melo CPF: 863.368.271-00	Gerente de Hotelaria	26/04/2013 a 10/11/2014 24/12/2014 a 18/02/2015	Processo SES 060.009.212/2013: aquiesceu à adesão e motivou a contratação (PT 13, fls. 58/59).	A motivação inidônea apresentada e a aquiescência da autoridade à realização da aquisição, omitindo-se em seu dever supervisão e controle, viabilizaram a concretização de compra sem planejamento e sem amparo em estimativa de utilização. Desse modo, seus atos ensejaram a continuidade e aparência de regularidade do procedimento, que violava o art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999 e art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável
Diogo Francisco Vieira CPF: 006.185.911-76	Gerente de Hotelaria Substituto	10/11/2014 a 24/12/2014	Processo SES 060.009.212/2013: aprovou o TR (PT 13, fl. 164).	A aprovação do TR com aumento de quantitativos sem amparo em qualquer justificativa determinou a continuidade da contratação e concorreu para a violação ao art. 2º da Lei Federal nº 9.784/1999 e ao art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993.	Não aplicável

ACHADO 4: Utilização ineficiente e antieconômica de recursos públicos

49. De acordo com o CT, conforme planilhas de controle de patrimônio da SES-DF (PT 3) e **verificação *in loco* pela equipe de auditoria**, a jurisdicionada mantém em seus estoques, por dilatados períodos de tempo, uma gama de bens que ou deveriam estar sendo usados nas unidades do órgão, ou não deveriam ter sido comprados na forma procedida (Quadro 6).

50. É de se destacar, ainda, quantitativo expressivo de mobiliário desmontado nos depósitos da SES-DF, o qual, de acordo com o contrato (PT 13, fl. 223), deveria ter sido montado e posto em uso em 15 dias corridos a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

contar da entrega, ocorrida parte em 21/03/2014 e parte em 07/02/2014 (PT 13, fls. 281/292 e 295/302).

51. Embora não conste dos autos a informação de que unidades da SES-DF receberam quais móveis, os atuais gestores do patrimônio do órgão afirmaram em entrevista que, após visita da empresa para verificar a viabilidade de montagem e distribuição dos bens estocados, **concluiu-se por sua impossibilidade, por faltarem peças**. Ainda conforme esses servidores, isso se deve ao fato **de a compra não ter previsto o destino específico de cada bem, de modo que, ao se deparar com a falta de espaço nas unidades para instalação dos bens adquiridos, foram feitas adaptações nestes que culminaram em verdadeiras sobras nos depósitos da Secretaria** (PT 22, item 12).

52. Nesse diapasão, a adesão direcionada (Achado 1) e com especificações e quantitativos injustificados (Achado 3), fruto do processo SES 060.009.212/2013, gerou para a SES-DF o dever de guarda e cuidado de bens cujos valores poderiam, em 2014, ter sido direcionados a áreas mais necessitadas e relacionadas diretamente à saúde dos cidadãos. Mais grave, gerou efetivo dano ao erário no valor de R\$ 351.276,00 (PT 3), montante esse equivalente às sobras sem condições de uso.

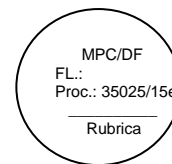
Tabela 3: Dano ao erário – Processo SES 060.009.212/2013

PROCESSO	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE EM ESTOQUE	VALOR EM ESTOQUE
060.009.212/13	BANDÔ PARA MESA AUTOPORTANTE	R\$ 103,00	100	R\$ 10.300,00
	BANDÔ PARA MESA AUTOPORTANTE GRANDE	R\$ 105,00	2	R\$ 210,00
	EMPLHAMENTO BAIXO DE PAINEL DE VIDRO	R\$ 890,00	25	R\$ 22.250,00
	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA 4 LUGARES EM X PEQUENA	R\$ 11.900,00	7	R\$ 83.300,00
	ESTAÇÃO DE TRABALHO PORTA	R\$ 1.900,00	15	R\$ 28.500,00
	ESTAÇÃO TRAB. GRANDE 4 LUGARES X	R\$ 12.200,00	8	R\$ 97.600,00
	GAVETEIRO FIXO COM DUAS GAVETAS	R\$ 190,00	109	R\$ 20.710,00
	MESA DE CANTO	R\$ 357,00	4	R\$ 1.428,00
	MESA DE CENTRO	R\$ 496,00	8	R\$ 3.968,00
	MESA DIRETOR / GERENCIAL	R\$ 3.000,00	9	R\$ 27.000,00
	MESA GABINETE	R\$ 1.750,00	6	R\$ 10.500,00
	MESA PENINSULA GRANDE	R\$ 800,00	18	R\$ 14.400,00
	MESA PENINSULA PEQUENA	R\$ 780,00	31	R\$ 24.180,00
	QUADRO PARA PASTA SUSPENSA	R\$ 105,00	66	R\$ 6.930,00
			Total	R\$ 351.276,00

Fonte: PT 3

53. Após a análise das informações prestadas pela Jurisdicionada, a equipe de auditoria destacou:

290. Em síntese, as medidas informadas pela SES-DF para reparar algumas das falhas apontadas foram: alteração da destinação original dos aparelhos de raio-X e realização de licitação para adequação física que possibilite a instalação dos equipamentos nas unidades hospitalares



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

destinatárias desses bens; reformulação da grade de distribuição das câmeras de vigilância, pela Coordenação de Tecnologia da Informação; previsão de destinação de 18 mesas ginecológicas e 8 camas Fowler superluxo a unidades básicas de saúde; distribuição de 95% das mesas auxiliares que se encontravam estocadas à época da execução da auditoria; distribuição da totalidade dos monitores fetais (cardiotocógrafos); negociação pela Diretoria de Patrimônio junto ao fornecedor do mobiliário de escritório estocado nos depósitos.

291. Ocorre, contudo, que os móveis adquiridos por meio do processo 060.009.212/2013 **não correspondem ao mobiliário deteriorado no incêndio ocorrido no Hospital de Santa Maria**, conforme afirmado pela jurisdição (peça 129, p. 4; peça 132, p. 46). À fl. 1 do PT 25 (processo de apuração do incêndio⁸), **listam-se os materiais queimados no evento, não havendo identidade entre estes e os itens comprados a partir do processo 060.009.212/2013.**

292. Ademais, de acordo com o laudo de perícia criminal que examinou o local do incêndio (PT 25, fl. 11), este ocorreu em 06 de agosto de 2013. O processo 060.009.212/2013, por sua vez, foi autuado em 31 de julho de 2013 (PT 13, fl. 2), tendo o contrato dele decorrente sido assinado em 30 de dezembro de 2013 (PT 13, fls. 219/233). **Em suma, não é possível que um incêndio ocorrido em agosto de 2013 tenha queimado mobiliário recebido apenas no ano de 2014 (PT 13, fls. 281/292).**

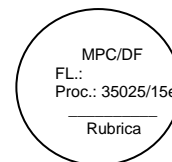
293. De todo modo, as providências para encontrar destinação e, conseqüentemente, utilidade para os bens estocados são práticas indiciárias de uma boa gestão. No entanto, é necessário destacar que os longos períodos de tempo em que tais bens permaneceram nos depósitos sem uso representam custo de oportunidade não recuperável.

294. Além disso, ressalte-se que as medidas informadas pela jurisdição não contrariam o achado de auditoria, visto que constituem ações para evitar que falhas como as detectadas na presente auditoria voltem a ocorrer. Desse modo, ainda que constituam boas práticas de gestão, as informações encaminhadas não são suficientes para refutar as evidências do presente achado.

54. Foram apresentadas as seguintes proposições:

- I. determinar à SES-DF que:
 - a. instaure tomada de contas especial, caso ainda não o tenha feito, para identificar os responsáveis e apurar o dano representado pelas sobras de mobiliário, oriundo do Processo SES 060.009.212/2013, em observância ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar Distrital nº

⁸ Processo 060.009.374/2013.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

1/1994, informando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas;

b. doravante, observe, ao utilizar o Sistema de Registro de Preços, o disposto no art. 15, §7º, II, da Lei Federal nº 8.666/93, adquirindo exclusivamente o quantitativo de bens permanentes a serem imediatamente encaminhados às unidades destinatárias, admitindo-se razoável e justificada margem de segurança em estoque;

c. doravante, exija, previamente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, manifestação da área técnica responsável declarando a viabilidade de instalação e utilização imediatas dos bens a serem adquiridos, nos termos da Portaria SES-DF nº 232/2015 e do art. 20, § 2º, da Portaria SES-DF nº 210/2017;

II. recomendar à SES que, doravante, faça constar dos processos de aquisição de material permanente, previamente à contratação, a grade de distribuição das unidades destinatárias.

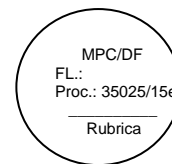
ACHADO 5: Falhas na guarda e controle de bens patrimoniais

Falhas na guarda e armazenamento de bens

55. De acordo com a Unidade Técnica, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal possui três depósitos destinados à guarda de bens permanentes: Parque de Apoio (SGAP, Bloco G), 916 Sul (Setor Hospitalar Sul) e Setor de Cargas/SIA (STRC Trecho 4, Cj. C, Lote 4).

56. Foi detectado, inicialmente, que o **compartilhamento** dos três galpões por diversas unidades da SES gera uma série de dificuldades para o controle do patrimônio, como insuficiência de espaço, desorganização dos produtos adquiridos e recebidos e eventuais obstáculos à responsabilização em caso de extravio de bens (PT 21).

57. Um segundo aspecto que mereceu análise foi a falta de **monitoramento eletrônico**. Não existem câmeras de segurança em nenhum dos três depósitos destinados à guarda de bens permanentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

58. Outra falha verificada diz respeito à **organização dos bens**. Em visitas realizadas aos depósitos⁹ pelo CT, observou-se que não há identificação dos itens estocados, sendo que muitos estão espalhados de forma desordenada. Caixas são aglomeradas sem que haja indicação de dados relevantes dos produtos armazenados, como denominação e respectivos processos de aquisição e execução.

59. Foi relatado ainda que há apenas um servidor em toda a SES capaz de diferenciar todos os itens armazenados (PT 21).

60. Ainda em relação às condições de guarda, segurança e conservação dos bens permanentes, o CT citou dois incidentes que indicam a necessidade de melhorias nessa questão: **o furto de câmeras estocadas no galpão do Parque de Apoio e o incêndio no HRSM**.

61. O primeiro evento envolveu o furto de 90 câmeras de vigilância¹⁰, quatro teclados de sistema¹¹ e duas armazenagens de rede (storages)¹² – equipamentos adquiridos por meio de adesão à ata de registro de preços do Senado Federal (Processo SES 060.014.397/2012)¹³. Da análise dos autos do Processo SES 060.010.012/201514, estimou-se o valor do total dos **bens furtados em R\$ 641.401,00**, sem a incidência de atualização monetária (PT 24, fl. 13). Ressaltou-se que **não havia sido identificada a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE)**, em ofensa ao que impõe o art. 9º da Lei Orgânica do TCDF e a jurisprudência dessa Casa.

62. Destacou-se, também, que o extravio das câmeras pode ter levado mais de dois anos para ter sido notado pelos responsáveis pela guarda de tais equipamentos (PT 24, fl. 2).

63. Assim, tal incidente indicaria alguns aspectos que merecem atenção da Secretaria de Saúde: falta de segurança dos depósitos,

⁹ As visitas aos três galpões foram realizadas nos dias 30/08/2016 (Setor de Cargas), 31/08/2016 (916 Sul) e 02/09/2016 (Parque de Apoio) (PT 21).

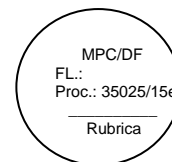
¹⁰ 61 Câmeras IP fixas Pelco Sarix IM 10DN10-1E; 15 Câmeras IP fixas Pelco Sarix IEE 10DN8-1; 8 Câmeras IP PTZ Pelco Spectra IV IP modelo SD4E36-PG-0 e 6 Pelco Spectra IV modelo SD436-PG-E0 (PT 24, fl. 13). Vale ressaltar que, no Boletim de Ocorrência (PT 24, fl. 2), consta que foram furtadas 82 câmeras.

¹¹ Desses quatro teclados de sistema, dois eram do sistema WS5070 e dois eram do sistema KBD500 (PT 24, fl. 13).

¹² Especificações das armazenagens em rede adquiridas: 24 TB (terabytes), Pelco NSM 5200-PS.

¹³ Essa adesão foi objeto dos Achados 1, 2 e 3. Vale trazer a conhecimento que, para justificar a adesão de câmeras que viriam a ser furtadas, assim expôs a SES-DF: “O sistema de monitoramento eletrônico tem como princípios primordiais: guarda eletrônica, **inibição da ação delituosa, o flagrante em tempo real, a identificação do infrator através da imagem**” (PT 4, fl. 9).

¹⁴ Processo referente à sindicância destinada a apurar o furto das câmeras e outros equipamentos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

necessidade de reforço no monitoramento físico e eletrônico, ausência de controle periódico eficaz (tal como inventários fidedignos), falhas no planejamento das compras (câmeras foram adquiridas, mas estão paradas em estoque há mais de três anos), morosidade nos processos de aquisição e distribuição de patrimônio.

64. O segundo incidente, ocorrido em 06 de agosto de 2013, foi um **incêndio no Hospital Regional de Santa Maria – HRSM**, no qual parte do mobiliário estocado nessa unidade hospitalar foi queimada¹⁵. O prejuízo estimado com o incidente é de R\$ 186.931,27 (PT 25, fl. 17).

65. O incêndio foi causado por um funcionário de empresa contratada para a realização de reforma no local, tendo a mobília sido incendiada no momento em que se atçou fogo em massa asfáltica e, incidentalmente, a chama alcançou os móveis encaixotados. Constatou-se, assim, que os bens queimados não estavam protegidos de forma adequada, visto que foram atingidos a partir da utilização de um maçarico próxima a itens feitos de madeira.

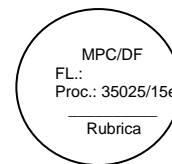
66. **Quanto ao dano ao erário, não se localizou o devido processo de TCE para reparação do prejuízo.**

Falhas no controle de bens permanentes

67. Com relação ao controle dos bens permanentes, o CT detectou em visita realizada no subsolo do Hospital Regional de Santa Maria – HRSM, em 19/10/2016, 63 bases de maca de transposição para centro cirúrgico acondicionadas em caixas, cuja carga é da Diretoria de Patrimônio da SES-DF. Conforme informado pelo Núcleo de Material e Patrimônio do HRSM, esses bens são novos e estão estocados neste hospital **desde 2013**, a pedido da Secretaria, por falta de espaço em seus depósitos (PT 23, item 5). Vale observar que a maca de transposição é composta por duas partes: base e padiola; no HRSM, há apenas as bases.

68. **O HRSM declarou que não controla entrada ou saída desses itens, uma vez que tal atribuição seria realizada pela SES-DF.**

¹⁵ Conforme os autos do Processo SES 060.009.374/2013, destinado à apuração dos fatos envolvendo o incêndio ocorrido no HRSM, foram deteriorados no incêndio 18 divãs para exame, 184 mesas de cabeceira com mesa de refeição acoplada e acessório para mesas autoportantes em L (PT 25, fl. 2).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

Entretanto, ao ser questionada em reunião sobre essas bases para maca, a DPAT informou não ter conhecimento sobre esses bens e sua localização (PT 22, item 10). Posteriormente, por meio de contato telefônico, a DPAT informou que as padiolas já haviam sido distribuídas para alguns pontos da rede e que a SES-DF realizaria um levantamento para mapear quais unidades receberam as padiolas, para destinar as bases respectivas a essas unidades. Tal fato evidencia a falta de controle dos bens patrimoniais da SES-DF.

69. Além das macas de transposição, verificou-se que há **47 camas de berço hospitalar**, alocadas nos corredores do subsolo do HRSM. Embora esses berços estejam em condições de uso, encontram-se parados desde que a clínica pediátrica foi desativada nessa unidade, não havendo previsão de retorno desse serviço (PT 23, item 3).

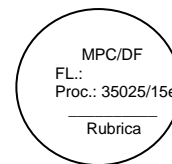
70. Constatou-se ainda que **não consta do Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat¹⁶ a localização exata dos bens**. Em relação aos bens que ainda não foram distribuídos, tal registro vem sendo feito informalmente pela DPAT, por meio de planilhas¹⁷.

71. Em decorrência de tais falhas foram propostas as seguintes sugestões:

- I. determinar à SES-DF que:
 - a. instaure tomada de contas especial com vista a identificar os responsáveis e apurar os danos ao erário decorrentes do furto dos equipamentos de vigilância eletrônica (Contrato nº 195/2012 – Processo 060.014.397/2012) e do incêndio de mobiliário ocorrido em agosto de 2013 no Hospital Regional de Santa Maria, em observância ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, informando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas;
 - b. garanta, doravante, que a Diretoria de Patrimônio tenha efetivo controle sobre a totalidade dos bens móveis permanentes estocados nas diferentes unidades do órgão, atualizando os Termos de Guarda e Responsabilidade e promovendo os devidos registros no sistema de patrimônio, em observância ao disposto no Decreto Distrital nº 16.109/1994;
 - c. adote medidas para redistribuição de materiais ociosos que se encontram em depósitos, nos termos do Decreto Distrital nº 16.109/1994,

¹⁶ O SisGepat é um sistema integrado de processamentos de dados, destinado à execução das atividades de administração e controle dos bens patrimoniais móveis e semoventes de propriedade do Distrito Federal (art. 1º do Decreto Distrital nº 21.909/2001).

¹⁷ Note-se que apenas a atual gestão da DPAT elaborou tais planilhas, não havendo registros anteriores desse controle.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

evitando a depreciação dos bens, em especial quanto aos berços hospitalares e macas de transposição que se encontram no HRSM, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas;

d. aprimore os procedimentos de segurança e guarda dos bens permanentes em depósitos, a exemplo de restrição de acesso apenas a servidores autorizados da Diretoria de Patrimônio, adequação das instalações, evitando compartilhamento de espaço físico, implantação de monitoramento eletrônico e realização de inventários periódicos, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas.

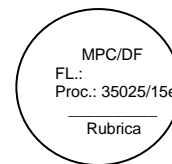
72. Ao final a Unidade Técnica concluiu que as aquisições de bens móveis permanentes estocados pela auditada não observaram os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e legitimidade.

73. Destacou que foram detectadas compras direcionadas, adesões a atas de registro de preço sem comprovação da vantajosidade, ausências de justificativas para especificações e quantitativos adquiridos, pagamentos em desacordo com as normas de execução orçamentária e financeira e com o contrato, bem como falhas nas condições de guarda e controle do patrimônio do órgão auditado.

74. Concluiu-se, assim, que houve má gestão dos recursos públicos, em que compras viciadas acarretaram a permanência, por longos períodos de tempo, de bens permanentes nos estoques da jurisdicionada por anos.

75. As propostas foram compiladas da seguinte forma:

- I. Tomar conhecimento do presente Relatório de Auditoria;
- II. Determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:
 - e. doravante, formalize, previamente às contratações por meio de adesão a ata de registro de preços, o termo de caracterização do objeto a ser adquirido, bem como apresente justificativas contendo diagnóstico da necessidade da aquisição e da adequação do objeto aos interesses da Administração, nos termos do art. 29, III, do Decreto Distrital nº 36.519/2015 e das Decisões TCDF nº 5.697/2011 e 3.410/2013 (Achado 1);
 - f. abstenha-se de realizar reconhecimento de dívida ou pagamento junto à empresa Multidata Ltda., CNPJ 02.743.744/0001-21, decorrente do Contrato nº 195/2012 e seus aditivos, condicionando esses atos à efetiva comprovação da execução dos serviços, em observância aos artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e ao Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Achado 2);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

- g. adote medidas para dar efetiva destinação aos equipamentos de vigilância eletrônica em posse da Secretaria, oriundos do Contrato nº 195/2012, evitando a depreciação e obsolescência dos bens, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas (Achado 2);
- h. doravante, nas contratações que envolvam fornecimento de bens, instalação e configuração de equipamentos e sistemas e treinamento, especifique nos termos de referência cada ação, de modo que as propostas sejam apresentadas com valores individualizados para os diversos elementos, nos termos do art. 14, § 4º, da IN 04/2014-SLTI/MPOG (Achado 2);
- i. doravante, faça constar dos processos de compras públicas justificativa para as quantidades a serem adquiridas, com comprovação de que foram definidas em função da utilização provável, nos termos do art. 15, § 7º, II, da Lei Federal nº 8.666/1993 (Achado 3);
- j. instaure tomada de contas especial, caso ainda não o tenha feito, para identificar os responsáveis e apurar o dano representado pelas sobras de mobiliário, oriundo do Processo SES 060.009.212/2013, em observância ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, informando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas (Achado 4);
- k. doravante, observe, ao utilizar o Sistema de Registro de Preços, o disposto no art. 15, §7º, II, da Lei Federal nº 8.666/93, adquirindo exclusivamente o quantitativo de bens permanentes a serem imediatamente encaminhados às unidades destinatárias, admitindo-se razoável e justificada margem de segurança em estoque (Achado 4);
- l. doravante, exija, previamente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, manifestação da área técnica responsável declarando a viabilidade de instalação e utilização imediatas dos bens a serem adquiridos, nos termos da Portaria SES-DF nº 232/2015 e do art. 20, § 2º, da Portaria SES-DF nº 210/2017 (Achado 4);
- m. instaure tomada de contas especial com vista a identificar os responsáveis e apurar os danos ao erário decorrentes do furto dos equipamentos de vigilância eletrônica (Contrato nº 195/2012 – Processo 060.014.397/2012) e do incêndio de mobiliário ocorrido em agosto de 2013 no Hospital Regional de Santa Maria, em observância ao disposto no art. 9º, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, informando ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas (Achado 5);
- n. garanta, doravante, que a Diretoria de Patrimônio tenha efetivo controle sobre a totalidade dos bens móveis permanentes estocados nas diferentes unidades do órgão, atualizando os Termos de Guarda e Responsabilidade e promovendo os devidos registros no sistema de patrimônio, em observância ao disposto no Decreto Distrital nº 16.109/1994 (Achado 5);



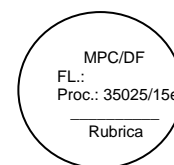
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

- o. adote medidas para redistribuição de materiais ociosos que se encontram em depósitos, nos termos do Decreto Distrital nº 16.109/1994, evitando a depreciação dos bens, em especial quanto aos berços hospitalares e macas de transposição que se encontram no HRSM, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas (Achado 5);
 - p. aprimore os procedimentos de segurança e guarda dos bens permanentes em depósitos, a exemplo de restrição de acesso apenas a servidores autorizados da Diretoria de Patrimônio, adequação das instalações, evitando compartilhamento de espaço físico, implantação de monitoramento eletrônico e realização de inventários periódicos, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as ações realizadas (Achado 5).
- III. Recomendar à SES-DF que:
 - a. dê ciência da decisão que vier a ser prolatada nestes autos aos servidores com atribuições de supervisão e controle sobre contratações públicas (Achado 1);
 - b. doravante, faça constar dos processos de aquisição de material permanente, previamente à contratação, a grade de distribuição das unidades destinatárias (Achado 4).
- IV. Autorizar, com fundamento nos artigos 164 e 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência, em autos apartados, dos responsáveis indicados nos Quadros 4-B, 4-D, 4-F, 4-H e 5-B, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994 (Achados 1, 2 e 3).

76. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer.

77. Destaca-se inicialmente que a atuação do MPC/DF, diante das denúncias envolvendo aquisição de mobiliário pela SES/DF, em desuso, foi imediata, comparecendo, junto com representante do MPDFT e da SES, ao galpão em que se encontravam os referidos bens, conforme atestam as imagens flagradas pelos membros do MP, em anexo (e-DOC 7D117CC0-e).

78. Em razão disso, requisitou-se cópia dos processos relacionados com a matéria. Em resposta, a SES/DF enviou 44 volumes originais.

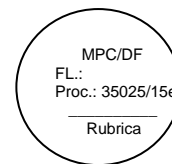


MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

79. À época, o **MPC/DF** analisou cada um dos processos citados, conforme Informação em anexo (edoc 343BC797). Em vários deles, constatou-se que a compra não se havia realizado¹⁸, conforme tabela a seguir:

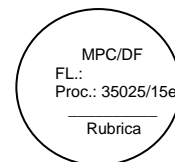
PROCESSO	OBJETO	EMPRESA	VALOR
0060.011546/10 (01 volume),	aquisição de Cadeiras para a Central de Material e Esterilização		-
0060.014113/11 (01 volume)	aquisição de 70 camas Fawler eletrônica, visando amenizar a situação de emergência em que se encontrava a rede	SRYKER DO BRASIL LTDA	899.500,00
0060015633/11 (03 volumes)	aquisição de mobiliário	Metalprin Indústria Metalúrgica Ltda	601.252,57
0060.012805/11 (01 volume)	aquisição de mobiliário		-
0060.001832/12 (02 volumes)	aquisição de mobiliário	Marelli Móveis para Escritório Ltda	1.443.190,00
0060.007581/12 (02 volumes)	aquisição de camas eletrônicas sem balança	MED LOPES COM. DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA	8.314.957,48
0060.004949/12 (04 volumes)	aquisição de berços para recém-nascidos	GIGANTE RECEM NASCIDO IND. COM. REPRES. LTDA	36.788,00
0060.002635/12 (04 volumes)	aquisição de conjunto de estações de trabalho e mesa autoportante em L	Marelli Móveis para Escritório Ltda	3.216.184,94
0060.010796/12 (01 volume)	aquisição de mobiliários	ALPHA-IMEC INDÚSTRIA MECANO CIENTÍFICO LTDA	140.897,50
0060.015170/12 (01 volume)	aquisição de mobiliário (armário de aço e arquivo de aço)	MN COMÉRCIO DE MÓVEIS E MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME	59.440,00
060003822/12 (02 volumes)	aquisição de mesas diversas		-

¹⁸ Processos 0060.011546/10, 006.012805/11, 0060.003822/12, 0060.015385/12, 0060.004378/12, 0060.013440/12, 0060.002644/13, 060.011315/13, 0060.010192/13, 0060.011316/13, 0060.014061/13, 0060.002778/13, 0060.012220/14, 0060.004799/14, 0279.000431/14, 0060.004795/14, 0060.000482/14, 0060.009576/14, 0060.004359/14, 0060.011031/14, 0060.010018/14, 0060.012183/14, 0060.008382/14.



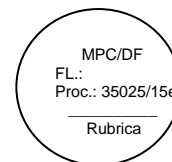
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

0060.005347/12 (03 volumes)	aquisição de cadeiras de descanso	CALTEC – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	506.960,00
0060.007221/12 (01 volume)	aquisição de cadeiras	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD.HOSP.LTDA	639.740,00
0060.015385/12 (01 volume)	aquisição de suporte para HAMPER para as UPAS		-
0060.004378/12 (01 volume)	aquisição de eletrodomésticos		-
0060.015174/12 (01 volume)	compra de cadeiras	RB Mourão	516.978,45
0060.015175/12 (01 volume)	aquisição de mesa e quadro de avisos	MN COMÉRCIO DE MÓVEIS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	59.440,00
0060.011927/12 (01 volume)	aquisição em caráter emergencial de berços	FANEM LTDA	61.050,00
0060.0013440/12 (01 volume)	aquisição de banquetta giratória e poltrona reclinável para UPAs		-
0060.02644/13 (01 volume)	aquisição de mobília para a nova sede do CSDF (não concluído)		-
0060.011315/13 (01 volume)	aquisição de carros para transporte de documentos		-
0060.010192/13 (01 volume)	aquisição de cadeiras de roda para toda a rede		-
0060.011316/13 (02 volumes)	aquisição de carros para coleta e atribuições de material e insumos		-
0060.011827/13 (01 volume)	aquisição de mobiliários, armários	Berry Indústria e Comércio de Estofados	721.424,00
0060.014061/13 (01 volume)	aquisição de eletrodomésticos (refrigeradores)		-
0060.000930/13 (01 volume)	aquisição de mobiliários	COMERCIAL JSM - PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA-ME	71.936,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

0060.002907/13 (01 volume)	aquisição de material médico hospitalar	Equipos Comercial Ltda	62.139,48
0060.010071/13 (01 volume)	aquisição de material (cadeiras)	Comercial Marte de Móveis Ltda – EPP	95.613,00
0060.011223/13 (02 volumes)	aquisição de mobiliário (Processo 22544/2013)	MED LOPES COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA,	10.021.300,00
0060.002778/13 (03 volumes)	aquisição de refrigeradores		-
0060.000467/14 (01 volume)	aquisição mobiliários (armários médios)	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP	531.019,56
0060.003421/14 (04 volumes)	aquisição de leitos hospitalares: berços, macas, divãs e biombos	HOSPIMETAL IND. METAL DE QUIP HOSP LTDA	4.620.325,72
0060.012220/14 (01 volume)	aquisição de suporte de soro regulável		-
0060.004799/14 (01 volume)	aquisição de carros de emergência, transporte de oxigênio, etc.		-
0279.000431/14 (01 volume)	compra de mesas ginecológicas		-
0060.004795/14 (01 volume)	aquisição de mesa auxiliar e outras		-
0060.000482/14 (01 volume)	aquisição de armários		-
0060.009576/14 (01 volume)	aquisição de armários		-
0060.004359/14 (01 volume)	aquisição de mesas, divãs e armários vitrine		-
0060.011031/14 (01 volume)	aquisição de mobiliário hospitalar		-
0060.00468/14 (01 volume)	aquisição de mobiliários (armários)	BERRY IND.E COM.DE ESTOFADOS LTDA-ME	721.424,00
0060.010018/14 (01 volume)	aquisição de refrigeradores		-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

0060.012183/14 (01 volume)	aquisição de material permanente (cadeiras)		-
0060.008382/14 (01 volume)	aquisição de mobiliário (longarinas)		-
TOTAL			33.341.560,70

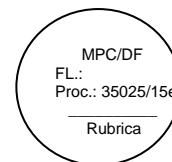
80. A Representação em comento **foi então encaminhada solicitando análise da violação aos princípios constitucionais da legalidade, da eficiência, economicidade e legitimidade da despesa pública, dentre outros, mandando instaurar processo de fiscalização a respeito da aquisição de mobiliários em desuso nos galpões da SES/DF.**

81. Destacou-se a necessidade de que a análise se desse de forma “sistêmica”, ou seja, cada edital deveria ser avaliado em face do todo, de modo a identificar, por exemplo, quantas macas foram adquiridas ao longo dos anos. Isso se faria necessário, pois, ao analisar-se uma compra, de forma isolada, poderia deixar-se de lado todo o contexto da aquisição. No entanto, em que pese a importância do relatório, ora em apreciação, essa análise não ocorreu, assim como não houve pesquisa de vínculo entre empresas, servidores e outros dados relevantes, inclusive, a existência real de supostas empresas concorrentes, a fim de se evidenciar eventual fraude ou conluio.

82. Na presente auditoria, contudo, verifica-se que o CT efetuou a análise, por amostragem **dos processos de licitação e aquisição dos bens móveis permanentes não utilizados que constam ou constavam dos estoques da SES-DF na data de início da fiscalização.** Contudo, isso não afasta o prejuízo e a antieconomicidade das aquisições, tão somente pelo fato de se ter dado algum destino aos bens, após denúncias, e nem que tais aquisições não tivessem sido, por exemplo, superfaturadas ou se tenha operado qualquer fraude ou conluio.

83. Informou-se que, para fins de amostra, foram selecionadas, com base em Curva ABC, as **compras cujos valores correspondiam, à época da execução da auditoria, a aproximadamente 87% do valor total de bens permanentes estocados** (PT 03). Esses produtos perfaziam mais de 30% dos bens móveis permanentes existentes nos três galpões em que a SES-DF armazena os bens previamente à distribuição às áreas demandantes.

84. Salientou-se que foram excluídos do escopo os bens recebidos no exercício financeiro de 2016, por entender-se que tais bens não podiam ser considerados, naquele momento, em desuso. O montante fiscalizado totalizou R\$ 4.261.951,63.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL

85. Foram analisados apenas os seguintes processos pela Unidade Técnica: Vigilância eletrônica (Processo SES 060.014.397/2012¹⁹); Mobiliário hospitalar (Processo SES 060.003.421/2014²⁰); Mobiliário para escritório (Processo SES 060.009.212/2013²¹); Aparelhos de raio-X (411.000.282/2008 e 060.001.572/2009²²); Mesas auxiliares (278.000.556/2012²³); Impressoras de etiqueta (060.011.535/2012 e 060.014.063/2013²⁴).

86. O CT identificou também outros processos no TCDF relacionados ao objeto da auditoria em andamento, alguns já arquivados há bastante tempo:

Quadro 3: Processos TCDF relacionados ao objeto da fiscalização

Processo nº	Objeto	Última Decisão
43.350/2005 (arquivado)	Aquisição de equipamentos hospitalares fornecidos por empresas de servidores da SES-DF	477/2014
9.065/2006 (arquivado)	Concorrência nº 13/2006 – SUCOM/SEF. Aquisição de mobiliário.	1.321/2006
23.273/2006 (arquivado)	Concorrência nº 026/2006-COPEL/SUCOM/SEF. Aquisição de mobiliário	3.911/2006
36.198/2011 (arquivado)	Registro de preços para aquisição de sistema de arquivos deslizantes	471/2016
22.544/2013 (fase de recurso)	Denúncia a respeito de possíveis irregularidade em adesão a atas de registro de preços pelas SES-DF	2.866/2016
13.507/2014 (audiência)	Implantação do Sistema de Registro de Frequência – SISREF, incluindo a aquisição de catracas pela SES-DF	429/2016
19.645/2014 (Apenso ao 22544/2013) ²⁵	Registro de preços para aquisição de macas de longa permanência para as unidades de saúde da SES-DF	1.984/2015
26.650/2014 (processo sem julgamento desde 2015)	Registro de preços para aquisição de carros para coleta e distribuição de materiais e insumos pela SES-DF	6.218/2014

Fonte: Sistema de Acompanhamento Processual. Consulta em 09/09/2016.

¹⁹ Esse processo não fazia parte dos analisados e enviados pelo MPC/DF na Representação 31/2015.

²⁰ Analisado pelo MPC/DF, Informação 52/2015, item 32.

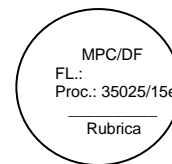
²¹ Esse processo não fazia parte dos analisados e enviados pelo MPC/DF na Representação 31/2015.

²² Esse processo não fazia parte dos analisados e enviados pelo MPC/DF na Representação 31/2015.

²³ Esse processo não fazia parte dos analisados e enviados pelo MPC/DF na Representação 31/2015.

²⁴ Esse processo não fazia parte dos analisados e enviados pelo MPC/DF na Representação 31/2015.

²⁵: Representação nº 12/2013 - DA, cujo objeto é a denúncia sobre possíveis irregularidades na adesão de atas de registro de preços promovidas pela Secretaria de Saúde, de licitações ocorridas no âmbito do Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Ministério da Saúde – INTO/MS.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

87. As conclusões da Unidade Técnica confirmam a procedência da Representação do MPC/DF, constatando-se que as aquisições da SES-DF dos bens permanentes, em estoque, não observaram os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e legitimidade. Os bens recebidos antes de 2016 que estão nos depósitos da jurisdicionada são, em grande parte, provenientes de **compras que violam normas constitucionais e legais e não atendem ao interesse público**.

88. Comprovou-se que a SES aderiu a atas de registro direcionando a aquisição dos produtos e sem comprovar a vantajosidade da adesão em relação ao processo licitatório ordinário.

89. Houve realização de pagamento em desacordo com as normas de execução orçamentária e financeira, gerando risco de dano ao erário.

90. Além disso, foram encontrados casos de aquisição sem justificativa idônea para a especificação dos bens e definição dos quantitativos a serem adquiridos.

91. Por fim, detectou-se a utilização ineficiente e antieconômica de recursos públicos, representada pela existência de bens sem possibilidade de uso, seja por falta de peças para a montagem, seja por falta de estrutura das unidades da SES-DF. A isso somou-se, ainda, a apuração de falhas quanto à adoção de procedimentos para garantir a conservação e segurança dos itens estocados.

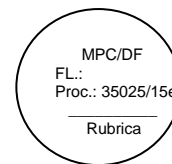
92. Em que pese o minudente Relatório de Auditoria ora apresentado pela Unidade Técnica, **dos 44 processos enviados pelo MPC/DF juntamente com a Representação 31/2015-CF, apenas 1 foi analisado**²⁶. Além desse, um outro processo (060.011.223/2013) estava sendo acompanhado do TCDF, nos autos 22544/2013²⁷. Importante lembrar que o montante dos processos constantes da Representação do MPC/DF chega a vultuosa quantia de **R\$ 33 milhões**.

93. Da análise efetuada pelo MPC/DF, à época, constataram-se diversas adesões a ATAS de outros órgãos, com semelhantes vícios aos das ATAS analisadas pela equipe de auditoria agora.

94. **Dessa forma, considera-se imprescindível que a Corte autorize a constituição de autos em apartado, a fim de não atrasar a**

²⁶ PROCESSO 0060.003421/14 (04 volumes), para aquisição de leitos hospitalares: berços, macas, divãs e biombo, no valor de R\$ 4.620.325,72.

²⁷ aquisição de mobiliário, no valor de R\$ 10.021.300,00.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL**

tramitação do presente, de modo a que sejam analisadas as aquisições/adesões constantes dos processos anexos à Representação 31/2015.

95. É grave a ocorrência dos fatos, imoral, indecorosa e inadmissível. São recursos que poderiam estar sendo usados para atender a saúde da população e se encontram desperdiçados dessa maneira. Por isso, o MPC/DF defende também que a Corte acrescente as penas do artigo 60 da LOTCDF, na citação que for realizar. De salientar que o MPDFT expediu Recomendação à SES/DF para que antes de adquirir qualquer equipamento verificasse a viabilidade prévia e a utilidade do certame. Após, foram expedidas as Portarias 232/2015 e 210/2017. O MPDFT também já ajuizou várias ações de improbidade administrativa pela compra desnecessária de PET/CT, tromboelastógrafos, equipamentos de telemedicina, solução robótica, etc.

96. Não se ignore, ainda, que a instauração de TCE é processo de rito bastante moroso, que pode demorar uma década, tornando difícil o ressarcimento pretendido.

97. Dessa forma, tendo em vista as proposições alvitadas pela Unidade Técnica, em especial a instauração de tomadas de contas especial, e o chamamento em audiência dos responsáveis, o *Parquet* aquiesce, com o acréscimo de ser incluída, a nas audiências determinadas no item IV, a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 60 da Lei Complementar Distrital nº 1/1994. Ademais, diante da constatação de que os processos encaminhados pelo MPC/DF juntamente com a Representação 31/2015-CF não foram analisados pelo Corpo Técnico, o Parquet sugere a constituição de autos em apartado, **para que sejam analisados ao menos a legalidade e economicidade das adesões constantes dos processos anexos à Representação 31/2015.**

É o parecer.

Brasília-DF, 24 de julho de 2017.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral